



Plenário regulamenta gastos com saúde, mas rejeita tributo

Moreira/Miniz/Senado Federal

Após a regulamentação da Emenda 29, Plenário poderá analisar hoje o primeiro turno da emenda que prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU)



Texto aprovado, que vai à sanção, determina que a União destine ao setor o valor investido no ano anterior mais a variação do PIB de dois anos anteriores. Votação foi marcada por embates entre oposição e governo

O Plenário aprovou a proposta que regulamenta os gastos mínimos da União, dos estados e municípios com saúde, como fixa a Emenda Constitucional 29. O texto, que vai para a sanção presidencial, especifica o que são e o que não são gastos com saúde, para evitar que governantes incluam

merenda escolar e limpeza urbana na conta do SUS. A base de cálculo para os gastos da União, baseada no PIB, não foi alterada — a oposição não conseguiu vincular 10% do Orçamento à saúde, mas obteve apoio para retirar do texto a possibilidade de criação de tributo para a área, nos moldes da extinta CPMF. **3**

Vai para a Câmara projeto que proíbe substância nociva à saúde em chupetas e mamadeiras **7**

Para senadores, Dilma acerta ao reforçar ações contra o crack

Governo destina R\$ 4 bilhões a campanhas de prevenção, tratamento dos dependentes e repressão ao tráfico. **2**

Incentivo à contratação de ex-usuário de drogas

Projeto aprovado ontem em comissão isenta as empresas do pagamento de contribuições previdenciárias sobre salários de ex-viciados em drogas. **5**



Genalbo/Magalhaes/Senado Federal

Proposta de Waldemir Moka (à direita, na bancada) teve decisão final da CAS, presidida por Jayme Campos (D)

José Cruz/Senado Federal



Eunício Oliveira preside reunião da Comissão de Constituição e Justiça: reforço ao Estatuto da Criança e do Adolescente

Atendimento a adolescente infrator passa na CCJ

A comissão acatou projeto da Câmara que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Objetivo é a ressocialização dos jovens. **6**

Acordo propõe que se vote hoje a criminalização da homofobia

Projeto tramita há mais de dez anos no Congresso e está na pauta da Comissão de Direitos Humanos. **6**

Brasil é 2º na Olimpíada do Ensino Técnico

Representado por 28 estudantes de escolas do Senai e do Senac, o país concorreu em 25 das 46 atividades profissionais em disputa nos quatro dias de provas. **4**

Márcia/Kalume/Senado Federal



A Comissão de Educação realizou reunião especial em homenagem à equipe de estudantes que conquistou seis medalhas de ouro, três de prata e duas de bronze

Ações, que custarão ao governo federal R\$ 4 bilhões, incluem aumento da oferta de leitos hospitalares no SUS, qualificação de médicos e integração das ações das polícias,

Sarney vai a lançamento de plano contra o crack

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, participou ontem, no Palácio do Planalto, da cerimônia de lançamento de um conjunto de ações para o combate ao crack em todo o Brasil.

Com R\$ 4 bilhões em investimentos, o programa busca aumentar a oferta de tratamento de saúde aos usuários de drogas, combater o tráfico e as organizações criminosas e ampliar ações de prevenção.

Com o lema “Crack, é possível vencer”, o programa inclui a ampliação do número de leitos hospitalares para o tratamento dos usuários; a qualificação de médicos, enfermeiros, psicólogos e outros profissionais de saúde; e a integração das ações das polícias Federal, Rodoviária Federal e estaduais.

— Prevenir, cuidar e reprimir são os três verbos que refletem a conjugação correta do que pretendemos fazer através

deste programa. Vida sim, drogas não. É essa a síntese do programa — disse a presidente Dilma Rousseff durante a cerimônia.

Como parte do plano, o governo federal enviará ao Congresso Nacional projeto de lei que altera o Código de Processo Penal, para acelerar a destruição de drogas apreendidas pela polícia e agilizar o leilão dos bens utilizados pelo tráfico de drogas.



Entre a presidente Dilma Rousseff e a ministra Gleisi Hoffmann, José Sarney participa do lançamento do programa

Ana Amélia diz que Brasil está atrasado na questão



A senadora Ana Amélia (PP-RS) disse que o crack é uma droga “poderosíssima”, com potencial de viciar em segundos, e provoca danos

irreversíveis no cérebro, o que torna o controle da dependência uma tarefa complexa.

Além disso, continuou a senadora, atinge parcela expressiva da população, por ser uma droga barata.

Ana Amélia lamentou que o Brasil esteja atrasado em relação ao problema. E disse que não pode haver corte de verbas para o combate do crack, como ocorreu no ano passado.

Wellington cobra medidas também contra o álcool



Wellington Dias (PT-PI) falou das ações contra o crack lançadas ontem no Planalto.

— É possível vencer a droga? Estamos dando passos. Mas eu, depois de todo um trabalho ao longo da minha vida, devo dizer que vamos ter de aprender a conviver com esse tema. Mas não devemos aceitar posições elevadas de consumo, de dependência.

O senador afirmou que depende do Congresso uma decisão corajosa para lidar com o álcool. Para ele, a Câmara e o Senado precisam analisar projetos que profibem a propagação de bebidas.

Para Humberto, plano é criativo e inteligente



Humberto Costa (PT-PE) disse que o programa contra o crack lançado ontem tem o objetivo de “resgatar vidas e reintegrá-las à sociedade”, além atacar o tráfico.

— De forma inteligente, criativa e comprometida, o governo federal deu um grande passo no lançamento de iniciativas que transformarão essa realidade triste que afeta nossos vizinhos, colegas e familiares. Como disse a presidente Dilma, essas medidas demonstram que acreditamos na recuperação de cada pessoa, o que nos impulsiona a nunca desistir de ninguém.

Moka afirma que R\$ 4 bi são sinal de “ousadia”



Waldemir Moka (PMDB-MS) falou da “ousadia” do governo ao anunciar orçamento de R\$ 4 bilhões para o programa de combate ao

crack. Ele lembrou que a Subcomissão sobre Dependentes Químicos de Alcool, Crack e Outros, que funcionou no Senado, sugerira R\$ 3 bilhões.

O senador se disse satisfeito pelo programa não ter sido lançado “simplesmente para dar uma resposta à opinião pública ou porque o próprio ministro da Saúde reconhece a dependência química, especificamente a do crack, como uma epidemia”.

Marta fala do lado educativo do programa



A senadora Marta Suplicy (PT-SP) descreveu, no Plenário, o lado educativo do programa antidrogas:

— Para a efetiva execução das ações de prevenção ao uso de drogas, o plano aponta a necessidade de um engajamento de todos os segmentos da sociedade e dos órgãos governamentais, através da capacitação de 210 mil educadores e de 3,3 mil policiais militares do Programa Educacional de Resistência às Drogas, para atuação em 42 mil escolas públicas.

De acordo com ela, trata-se de um projeto bem amparado de “todos os lados”.

Lídice elogia aumento de leitos para tratamento



A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) chamou a atenção para a importância do programa antidrogas lançado ontem pela presidente Dilma Rousseff. Ela elogiou as novas medidas.

O plano, cujo orçamento está previsto em R\$ 4 bilhões, informou a senadora, prevê a ampliação do número de leitos hospitalares destinados ao tratamento de dependentes, a qualificação e a especialização da rede de atendimento e o investimento em assistência social e atendimento a usuários que moram nas ruas, entre outras ações.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Prorrogação da DRU

14h Na sessão deliberativa de hoje, ocorre a quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição que prorroga a vigência da Desvinculação de Receitas da União (DRU).

Presidência Ministro da Previdência

11h O senador José Sarney participa da missa de ação de graças pelo encerramento dos trabalhos legislativos; às 12h30, recebe o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho; às 15h, preside a ordem do dia.

CRA Audiência com ministro da Pesca

8h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ouve o ministro da Pesca e Aquicultura, Luiz Sérgio, sobre assuntos relacionados à pasta. Logo após, examina projeto que concede seguro-desemprego, no período da entressafra, ao trabalhador rural que atua no cultivo de cana-de-açúcar.

CDH Criminalização da homofobia

9h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa reúne-se para examinar pauta de 28 itens. Entre eles, o relatório da senadora Marta Suplicy ao PLC 122/06, que criminaliza a prática da homofobia.

CMA Debate com ministro das Cidades

9h A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle ouve o ministro das Cidades, Mário Negromonte, sobre denúncias de corrupção relativas à liberação de recursos pela pasta para obras consideradas irregulares pelo TCU.

Segurança Pública Plano de trabalho

9h Apresentação e análise do plano de trabalho da Subcomissão Permanente de Segurança Pública, que funciona no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

CI Miriam Belchior e o PAC

9h A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, participa de audiência na Comissão de Serviços de Infraestrutura para falar das metas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e dos investimentos na infraestrutura.

CRE Embaixador para Guiné-Bissau

10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional analisa a indicação de embaixador para Guiné-Bissau. Também na pauta acordo com o Quênia e projeto que cria cargos na carreira diplomática.

Deficiência Ministras apresentam plano nacional

11h A Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência recebe as ministras Gleisi Hoffmann, da Casa Civil, e Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos, para apresentação do Plano Viver sem Limite — Plano Nacional de Promoção dos Direitos Humanos.

CMO Relatórios setoriais

10h/14h30 A Comissão Mista de Orçamento reúne-se, no plenário 2 da Câmara, para analisar emendas apresentadas à proposta orçamentária para 2012.

Encerramento legislativo Missa no Salão Negro

11h O arcebispo de Brasília, dom Sergio da Rocha, celebra missa em ação de graças pelo encerramento dos trabalhos legislativos, no Salão Negro.

Rio+20 Movimentos sociais

18h A Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas promove audiência pública sobre o tema “Movimentos sociais e a Rio+20”. Entre os convidados, a presidente-adjunta da Confederação Sindical Internacional, Nair Goulart.

Congresso Cantatas de Natal

18h30 O Congresso Nacional promove a terceira edição das Cantatas de Natal. Hoje haverá apresentação do Coral dos Correios Livre em Canto e do Coral do Operador Nacional do Sistema Elétrico, às 20h. Serão dez dias de apresentações de corais natalinos e do Auto de Natal, intercalados com visitas noturnas ao Congresso.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Jucá pede que Senado vote hoje a prorrogação da DRU

Votada a regulamentação da Emenda 29, ontem à noite, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), apelou aos senadores para que estejam presentes à sessão de hoje. A intenção do governo é votar a proposta de emenda à Constituição (PEC 114/11) que prorroga até 2015 a Desvinculação de Receitas da União (DRU). Por se tratar de uma PEC, são necessários pelo menos 49 votos favoráveis à aprovação, o que preocupa o governo, já que as sessões de quinta-feira costumam ter quórum mais reduzido que as de terça e quarta.

O início da ordem do dia foi antecipado para as 15h.

A DRU permite ao Executivo realocar 20% das receitas provenientes de contribuições sociais, à exceção das previdenciárias, o que representa cerca de R\$ 62 bilhões.

Caso não seja renovada, a vigência da DRU se encerra em 31 de dezembro. A votação da medida foi motivo de diversos desentendimentos entre a base do governo e a oposição.



Senador cita suposta manobra contra julgamento da Ficha Limpa

Simon critica demora na votação de nova ministra do STF

Pedro Simon (PMDB-RS) questionou ontem a demora na votação da indicação de Rosa Weber para o cargo de ministra do Supremo Tribunal Federal. A indicação foi aprovada na terça-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, segundo Simon, seguiria para o Plenário em regime de urgência.

O presidente do Senado, José Sarney, disse que a urgência não havia sido aprovada pelo Plenário.

Simon já havia feito questionamentos sobre a lentidão para a análise. Dia 15, em reunião da CCJ, o senador citou notas na imprensa sobre suposta manobra para impedir a posse de Rosa Weber ainda este ano, com prejuízos para a aplicação da Lei da Ficha Limpa.

Proposta é aprovada sem criação de imposto e sem mudar base de cálculo para os gastos mínimos do governo federal com saúde

Emenda da saúde é regulamentada e vai para sanção presidencial

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem proposta que regulamenta as aplicações mínimas do governo federal, dos estados e dos municípios na saúde pública, como previsto pela Emenda Constitucional 29. O texto, que agora vai para sanção presidencial, tem três pontos principais.

O primeiro é o estabelecimento de lista do que são gastos com saúde e do que não são. Assim, a regulamentação evita que governantes apliquem em outras ações o dinheiro que deveria ser investido em saúde. Limpeza urbana e merenda escolar, por exemplo, não podem ser contabilizados como saúde.

Pela Emenda 29, os estados precisam destinar 12% de suas receitas à saúde. Os municípios, 15%. Usando o artifício de incluir os gastos de limpeza urbana e merenda, governadores e prefeitos atingem aqueles percentuais com mais facilidade. Regulamentada a Emenda 29, portanto, o Sistema Único de Saúde (SUS) passará a receber verbas que iam indevidamente para outras áreas.

O segundo ponto são os gastos da União com saúde pública. No texto aprovado, manteve-se a base de cálculo que a União adota hoje: o valor aplicado no ano anterior acrescido da variação nominal do produto interno bruto (PIB) dos dois anos anteriores.

Em 2012, portanto, a União aplicará o empenhado em 2011 mais o PIB de 2010 — somando R\$ 86 bilhões.

Nesse ponto, o Senado chancelou a decisão tomada pela Câmara. Em setembro, os deputados aprovaram substi-

tutivo ao projeto original, do Senado, que previa aplicação de 10% da receita bruta corrente do governo federal — R\$ 100 bilhões.

Como o projeto não foi aprovado dessa forma, a oposição diz que o sistema de saúde deixará de receber cerca de R\$ 20 bilhões. Mas os senadores aliados argumentaram que a saúde não sai perdendo. Renan Calheiros (PMDB-AL) disse que a proposta de Orçamento já reserva para 2012 R\$ 86 bilhões para a saúde e que seriam somados R\$ 12 bilhões

por meio de emendas e da reinclusão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) na base de cálculo do valor pago pelos estados.

O terceiro ponto foi a rejeição da emenda da Câmara que criava um tributo destinado ao à saúde (CSS), no modelo do que foi a CPMF. Embora esse tributo tenha sido derrubado pelo Plenário da Câmara, permanecia no texto a previsão de recolhimento de 1% a título de contribuição, embora sem qualquer base de cálculo.



Senadores discutem no Plenário a regulamentação da Emenda Constitucional 29, que trata dos recursos para o SUS

Para presidente da comissão, emendas vão compensar

Na discussão do projeto, Vital do Rêgo (PMDB-PB), presidente da Comissão Mista de Orçamento, defendeu o relatório de Humberto Costa.

Ele calcula que o aumento nas emendas individuais e de bancada fará o orçamento da saúde crescer mais de R\$ 3 bilhões, o suficiente, acredita, para melhorar o atendimento nos hospitais.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) foi outro a defender o relatório. Ele afirmou que hoje são os municípios que arcam com o “peso enorme

das despesas na saúde”, pois os estados “maquiam as prestações de contas”.

Eduardo Braga (PMDB-AM) também elogiou o texto, que não vincula os 10% da receita bruta como constava na proposta original.

Mas mesmo na base aliada houve discordância. Senadores que são médicos defenderam o projeto original. Um deles foi Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que apoiou os percentuais de 10% do PIB para a União, 12% para os estados e 15% para os municípios.

Alvaro Dias queria aprovação da proposta original do Senado

O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR) disse que confiava na pressão da sociedade para que a Emenda 29 fosse acatada nos termos em que foi aprovada no Senado, em 2008, elevando em cerca de R\$ 35 bilhões a parcela da União destinada à saúde.

— Confederações, federações, prefeitos e outros organismos estão procurando os

senadores. Sabemos que é difícil reverter essa expectativa traduzida pela maioria governista, mas há pressão — argumentou o líder tucano, antes da votação.

Contrariando as expectativas de Alvaro Dias, porém, o projeto aprovado mantém o texto como veio da Câmara dos Deputados, sem a vinculação de 10% das receitas da União à saúde.

Oposição diz que setor não é prioridade para governo

Ao cobrar que o governo se comprometa a destinar mais recursos para a saúde, Marinor Brito (PSOL-PA) disse que milhões de brasileiros não têm tratamento digno. Ela afirmou que grande parte do dinheiro destinado ao setor “serve à corrupção”.

José Agripino (DEM-RN) também questionou a falta de profissionais em hospitais públicos. Para ele, a receita perdida com o fim da CPMF já foi reposta. A questão agora não seria mais de falta de recursos, mas de prioridade.

Demóstenes Torres (DEM-GO) lembrou que, durante a campanha presidencial de 2010, os então candidatos Dilma Rousseff, Marina Silva e José Serra eram a favor da regulamentação da Emenda 29 da maneira proposta pelo Senado.

Aécio Neves (PSDB-MG) disse que a emenda permitiria ao país ter uma base segura de recursos para a saúde pública. Ele destacou que, desde 2000, nenhuma área do governo perdeu tantos recursos quanto a saúde.

Texto anterior complementava criação do SUS, afirma Davim

Paulo Davim (PV-RN) disse em Plenário, antes de votada a regulamentação da Emenda 29, que a matéria poderia significar a redenção da saúde pública.

Para o senador, o projeto complementar a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), que não conta com uma fonte de financiamento, desde que fosse mantido o texto original, que

obrigava a União a destinar 10% da sua receita bruta para o setor.

— Já que os estados contribuirão com 12% e os municípios com 15%, a União poderia contribuir com 10% — avaliou.

Davim afirmou que a aprovação da matéria seria uma “ligeira reforma tributária”, diminuindo a centralização de receitas pela União.

Motivado por denúncias de irregularidades, Paulo Bauer também quer disciplinar a seleção de conteúdo do material escolar

Distribuição e escolha de livro didático podem ter novos critérios

OS PROGRAMAS FEDERAIS de seleção, aquisição e distribuição de material didático-escolar para a educação básica deverão se submeter a novos critérios e diretrizes. Essa mudança vai alcançar a destinação de livros, obras de referência, periódicos e material de apoio pedagógico a alunos e professores da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, incluindo a educação de jovens e adultos.

A medida deverá beneficiar estudantes da rede pública e de escolas sem fins lucrativos conveniadas com o governo e está prevista em projeto de lei (PLS 415/11) do senador Paulo Bauer (PSDB-SC), aprovado ontem em decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Para receber o material, as escolas federais, estaduais e municipais, além das conveniadas, deverão firmar termo de adesão específico. Seu processo de aquisição e distribuição levará em conta os registros oficiais do censo escolar relativos ao número de alunos matriculados e

professores em exercício. O projeto também estabelece que cabe à União, aos estados e aos municípios a responsabilidade de atuarem em regime de colaboração para assegurar que o material chegue às escolas antes do início das aulas.

Seleção

Denúncias contra os programas de aquisição e distribuição de livros didáticos pelo governo federal, no semestre passado, motivaram a apresentação da proposta. Segundo Bauer, houve casos de livros com conteúdos duvidosos e informações incorretas que passaram pela avaliação do Ministério da Educação.

Para disciplinar a seleção dos programas didáticos e garantir a qualidade do material escolar, Bauer sugere diretrizes básicas como o respeito à liberdade, o apreço à tolerância e a garantia de isenção político-partidária nas obras; a promoção do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; e o respeito à autonomia didático-pedagógica dos docentes e dos estabelecimentos de ensino.

Comissão adia votação de projeto sobre cota

Ainda não foi desta vez que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) votou projeto que reserva 50% das vagas das universidades públicas e escolas técnicas federais para alunos de escolas públicas (PLC 180/08). A proposta foi tirada de pauta a pedido de Alvaro Dias (PSDB-PR), autor do PLS 479/08, que tramita em conjunto.

Antes de decidir pelo adiamento

da votação, a CCJ rejeitou requerimento de audiência de Demóstenes Torres (DEM-GO). Como o PLC 180/08 vai ser analisado pelas comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Educação (CE), Pedro Simon (PMDB-RS), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Mozerildo Cavalcanti (PTB-RR) e Luiz Henrique (PMDB-SC) rejeitaram a audiência na perspectiva de realizar o debate posteriormente.

Artistas apoiam concessão de seguro-desemprego para a categoria

Os representantes da classe artística que debateram com os senadores da Comissão de Educação (CE) proposta que concede seguro-desemprego para os profissionais da área (PLS 211/10) também defenderam a inclusão de mais verbas para o Ministério da Cultura no Orçamento de 2012.

De acordo com o PLS 211/10, proposto pela então senadora Marisa Serrano, para receber o seguro-desemprego, artistas, músicos e técnicos de espetáculos precisariam comprovar ter trabalhado em atividades da área por pelo menos 30 dias nos

12 meses anteriores à data do pedido do benefício e não estar recebendo outro benefício previdenciário de prestação continuada ou auxílio-desemprego.

Além disso, seria necessário ter efetuado os recolhimentos previdenciários relativos ao período de trabalho, bem como não possuir renda de qualquer

natureza. Os outros trabalhadores devem comprovar trabalho com carteira assinada nos últimos seis meses ou por 15 meses nos últimos dois anos.

Esse tratamento diferenciado em relação a outras categorias se justificaria em razão da natureza em geral precária das relações trabalhistas no setor.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) assinalou a importância do setor de artes e espetáculos citando números apresentados pelo ator Odilon Wagner, presidente da Associação de Produtores Teatrais Independentes. Somente em São Paulo trabalham em teatro 20 mil pessoas, disse. Ela defendeu ainda emenda ao Orçamento no valor de R\$ 500 milhões para o Ministério da Cultura.



Odilon Wagner (D), em reunião no Senado: só em São Paulo, 20 mil pessoas trabalham com teatro



Paulo Bauer (C) coordena evento em homenagem aos alunos brasileiros que participaram da competição internacional

Brasil se destaca na Olimpíada do Ensino Técnico

Os estudantes brasileiros que participaram da 41ª WorldSkills, a Olimpíada do Ensino Técnico, realizada em Londres, em outubro, foram homenageados em reunião especial da Comissão de Educação (CE). O Brasil conquistou o segundo lugar, superado apenas pela Coreia, e foi representado por uma equipe de 28 estudantes das escolas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

O Brasil concorreu em 25 das 46 atividades profissionais em disputa, conquistando seis medalhas de ouro, três de prata e duas de bronze. A equipe ganhou ainda dez certificados de excelência pelo desempenho nos quatro dias de provas. Em competições que simulam o dia a dia do trabalho em diferentes áreas, os alunos são desafiados a realizar tarefas

no prazo estipulado, dentro de padrões internacionais de qualidade.

A homenagem foi sugerida pelos senadores Armano Monteiro (PTB-PE) e Cristovam Buarque (PDT-DF) e pelo presidente da CE, Roberto Requião (PMDB-PR). Impedido de comparecer, Requião enviou congratulações aos estudantes por intermédio do vice-presidente da comissão, Paulo Bauer (PSDB-SC), que coordenou os trabalhos.

Quinze senadores participaram do evento, dirigindo elogios aos alunos, com idade entre 19 e 22 anos. Quase todos destacaram a importância do ensino profissionalizante para o país.

— O papel de vocês é fundamental para disseminar o valor do ensino técnico. Assim poderemos ter mais jovens percebendo que podem conquistar espaços e dar sua contribuição à família e ao

país optando pelo ensino profissionalizante, muitas vezes com salários muito melhores em comparação com os que têm diploma universitário — disse Cristovam.

Participantes

A mesa do evento foi composta pelo australiano Jack Dusseldorf, que presidiu a WorldSkills Internacional até o encerramento das Olimpíadas em Londres; o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, representando o Senai; e Shirley Moraes, chefe de Programas Educacionais da Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo (CNC), como representante do Senac.

Estiveram presentes ainda o representante dos alunos, Natã Miccael Barbosa, medalhista de ouro em Design; e o astronauta brasileiro Marcos Pontes, que é embaixador da WorldSkills.

Anibal: campeões são exemplos para jovens



Pedro Franco/Senado Federal

A homenagem da Comissão de Educação aos brasileiros ganhadores de medalhas na Olimpíada Mundial de Ensino Técnico de 2011 foi reforçada por Anibal Diniz (PT-AC). Ele elogiou o desempenho dos estudantes na competição, afirmando que são “bons exemplos” para os jovens.

— Sabemos do papel dos cursos técnicos no cenário produtivo do Brasil. Por isso, consideramos digno reconhecer esses jovens, que ganharam certificado de excelência em categorias como robótica móvel, instalação e manutenção de redes e tecnologia da informação.

Projeto de Waldemir Moka isenta empresas do pagamento de contribuição previdenciária sobre salários desses trabalhadores

Comissão aprova benefício a quem contratar ex-dependentes químicos

AS EMPRESAS QUE admitirem ex-usuários e ex-dependentes de drogas em fase de recuperação poderão ficar isentas por um ano do pagamento da contribuição previdenciária incidente sobre a remuneração desses trabalhadores. É o que prevê projeto de lei de Waldemir Moka (PMDB-MS) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em decisão terminativa.

O objetivo da proposta (PLS 465/11), destacou o senador, é estimular a contratação de ex-dependentes para que, com trabalho, eles possam ter “uma vida mais normal”. A relatora da matéria, Ana Amélia (PP-RS), lembrou que há resistência dos empregadores na contratação de pessoas em processo de recuperação da dependência química. A senadora argumentou que essas pessoas estão em constante risco de recaída e, portanto, o trabalho é muito importante para elas.



Iniciativa aprovada na CAS, presidida por Jaime Campos (D), visa facilitar a reinserção social de ex-usuários de drogas

— É sabida a resistência dos empregadores na contratação de ex-usuários e ex-dependentes de drogas em processo de recuperação. Para além de eventuais preconceitos descabidos, devemos reconhecer que o risco de uma recaída está quase sempre presente nesses casos e o trabalho de reabilitação envolve a consciência, pelo próprio indivíduo em tratamento, de que a luta

contra o vício é renovada a cada dia — disse a senadora.

Saúde gratuita

A CAS também aprovou projeto de lei de Humberto Costa (PT-PE) que visa tornar explícito na Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.80/90) que a gratuidade é um princípio do Sistema Único de Saúde (SUS). A intenção da proposta (PLS 366/11) é impedir a cobrança

por ações de saúde nas unidades das redes próprias do SUS.

O autor ressaltou que esse princípio não está referido de forma expressa na Constituição nem escrito em qualquer lei, embora seja aceito. Segundo Humberto, a iniciativa visa evitar a apropriação dos serviços públicos por interesses privados, especialmente das operadoras de planos de saúde.

Proposta prevê complemento de FGTS relativo a planos Verão e Collor

Titulares de contas vinculadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) com mais de 60 anos poderão assinar o termo de adesão a qualquer tempo para ter direito ao crédito de complemento do benefício relativo aos planos econômicos Verão e Collor 1, em valores iguais ou inferiores a R\$ 100.

Projeto de lei com essa finalidade, de autoria de Paulo Paim (PT-RS), foi aprovado ontem pela CAS. O texto inicial da proposta (PLS 12/04) visa



Emenda de Cyro estende benefício a maiores de 60

diminuir a idade do titular do FGTS, de 70 para 60 anos, para requerer o benefício, o que já foi contemplado na Lei 10.936/04, oriunda da Medida Provisória 185/04.

No entanto, para beneficiar os idosos que não assinaram no prazo o termo de adesão exigido, emenda do relator, Cyro Miranda (PSDB-GO), permite que tal adesão possa ser feita a qualquer momento. A matéria foi aprovada pelo colegiado de maneira terminativa.

Cirurgia plástica reparadora pode ser feita pelo SUS

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem, em decisão final, projeto de Gim Argello (PTB-DF) que garante o direito de cirurgia plástica reparadora no âmbito do Sistema Único de Saúde. A proposta (PLS 312/11) altera a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/90) para incluir o procedimento como assistência terapêutica integral do SUS. Segue agora para a Câmara dos Deputados.

O relator, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), ressaltou não se tratar de cirurgia meramente estética, mas reparadora. Pela proposta, as cirurgias serão realizadas mesmo em lesões decorrentes de violência ou acidentes.

Fim de carência para esclerose degenerativa

A esclerose lateral amiotrófica será incluída entre as doenças sem prazo de carência para a obtenção de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez. O projeto (PLS 240/11), de Ana Amélia (PP-RS), foi aprovado ontem em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais e segue para a Câmara.

A senadora explicou que essa esclerose causa a morte dos neurônios que comandam a musculatura esquelética. Funções como fala, deglutição, movimentação dos membros e respiração ficam gradativamente afetadas. A parlamentar informou que a doença afeta cerca de 14 mil brasileiros.

Passa no Senado projeto que oficializa profissão de DJ

As atividades de DJ (disc-jóquei) e produtor DJ poderão ser regulamentadas. Projeto de lei com esse objetivo foi aprovado ontem, de forma terminativa, pela CAS.

De autoria do então senador Sérgio Zambiasi, a proposta (PLS 322/10) inclui essas categorias na lei que trata da regulamentação das profissões de artista e de técnico em espetáculos de diversões (Lei 6.533/78).

O projeto exige registro junto ao Ministério do Trabalho e Emprego para o desempenho das atividades, explicou o relator, Paulo Paim (PT-RS). A concessão do registro depende da apresentação de certificado de curso profissionalizante.

A jornada é estabelecida em seis horas diárias e 30 semanais. A atuação de DJs estrangeiros também é regulada pela proposta.

Comerciários e motoristas esperam regulamentação

Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem em Plenário a aprovação de projetos que beneficiam motoristas e comerciários. Ele pretende apresentar requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 319/09, que cria a profissão de motorista, e o Projeto de Lei do Senado (PLS) 115/07, que regulamenta a de comerciário — este último de iniciativa do próprio Paim.

— Faço um apelo para que, antes do final do ano, o Senado possa anunciar para os comerciários que eles terão sua profissão, uma das mais antigas do país, regulamentada. Como também os motoristas do chamado transporte terrestre, que esperam por essa medida — pediu o senador.

Usinas nucleares terão turnos de 8 horas

Os trabalhadores em usinas nucleares se revezarão em turnos de oito horas, para que haja continuidade operacional. Essa jornada de trabalho é determinada no projeto (PLS 351/11) aprovado ontem em decisão final pela Comissão de Assuntos Sociais. O turno de 12 horas será adotado apenas durante a parada das usinas, em emergência operacional ou em situações específicas, de acordo com o plano de operação da empresa.

A proposta, de autoria de Delcídio do Amaral (PT-MS), foi aprovada por meio de substitutivo do relator, Lobão Filho (PMDB-MA), e acrescenta seção à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O trabalhador cujas oito horas ficarem em período misto, diurno e noturno, terá direito a adicional noturno e a repouso de três dias consecutivos para cada seis turnos trabalhados à noite. Quando for só noturno, a cada seis turnos o trabalhador

terá seis dias de repouso. Para o turno de 12 horas, o repouso será de dois dias para cada quatro turnos trabalhados e se pagarão horas extras quando foram trabalhadas mais que 180 horas mensais.

A proposta determina local adequado a refeições e que seja permitida a recepção de encomendas de refeições. Emenda de Lobão Filho reduziu o tempo de refeição de 60 para 30 minutos, devido ao regime de disponibilidade.



Regime de trabalho nas usinas é definido no projeto de lei aprovado ontem

Proposta tramita no Congresso há mais de dez anos e ontem foi anunciado entendimento para que a votação aconteça mesmo que não haja consenso sobre o substitutivo

Comissão vota hoje projeto contra homofobia

O PROJETO DE lei que criminaliza a homofobia (PLC 122/06) será votado hoje na Comissão de Direitos Humanos (CDH). A proposta amplia a abrangência da Lei 7.716/89, que trata da discriminação decorrente de raça, religião e origem, para incluir também motivações ligadas a gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero.

O texto é polêmico e gera conflitos principalmente entre evangélicos e entidades que atuam em defesa dos direitos dos homossexuais. O presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS), anunciou que há entendimento para que o projeto seja votado logo, mesmo que

não haja consenso quanto ao substitutivo a ser apresentado pela relatora, Marta Suplicy (PT-SP). A matéria tramita no Congresso há mais de dez anos e no início deste ano foi desarquivada e reformulada pela atual relatora.

— É hora de decidir — disse o presidente da comissão.

A intenção é incluir um artigo para que a manifestação pacífica de pensamento decorrente da fé e da moral não seja considerada homofobia. Mas senadores da bancada evangélica, como Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Magno Malta (PR-ES), têm ressaltado que não existe acordo. Crivella já anunciou que vota contra.

Ontem Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou a proposta e defendeu sua aprovação. Suplicy afirmou que Marta conseguiu chegar a um projeto que abrange o respeito à diversidade sexual sem atentar contra a liberdade religiosa.

— Acho o relatório da senadora Marta Suplicy ao PLC 122/06 um dos mais revolucionários desta Casa, porque ele nos dá muito claramente a noção do respeito que temos que ter por qualquer ser humano, seja ele quem for — afirmou o senador.

Suplicy disse que a homossexualidade e a bissexualidade ainda são hostilizadas na maioria dos países e institui-



Presidente da Comissão, Paulo Paim acredita que “é hora de decidir”



Suplicy afirma que o relatório indica o respeito que se deve ter por todos

ções públicas e privadas, às vezes inclusive com agressões físicas e até assassinatos. O

projeto que criminaliza homofobia já foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais.

Sistema nacional para adolescente infrator passa na CCJ

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou e enviou ao Plenário, em regime de urgência, projeto de lei da Câmara (PLC 134/09) que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). A proposta estabelece medidas socioeducativas destinadas à ressocialização de adolescentes em conflito com a lei. Se o Plenário não fizer alterações, o projeto vai

à sanção presidencial.

O Sinase deve surgir com a missão de uniformizar o processo de apuração de atos infracionais e de aplicação de medidas socioeducativas no país. Por outro lado, recomenda a individualização das ações corretivas, levando em conta as peculiaridades de cada adolescente, como doenças, deficiências ou dependência química.

O princípio da não discriminação, em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, é outro norteador das ações do Sinase.

— A partir do Sinase, vamos dar efetividade às recomendações do Estatuto da Criança e do Adolescente — disse o relator, Armando Monteiro (PTB-PE).

Além de recursos orça-

mentários, o Sinase deverá ser financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A legislação do Imposto de Renda também será alterada para permitir que contribuintes pessoas físicas e jurídicas realizem doações ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e possam deduzi-las integralmente do imposto devido.

Demóstenes Torres (DEM-GO) registrou preocupação com o deslocamento de verbas desses fundos para financiamento do Sinase. Endossou também destaque feito por Pedro Taques (PDT-MT) e Aloysio Nunes (PSDB-SP) quanto à participação de organizações não governamentais (ONGs) nos projetos de recuperação dos adolescentes em risco.

Para assegurar justiça, Casildo defende reforma do Judiciário

O alto número de processos e a demora na solução dos litígios motivaram Casildo Maldaner (PMDB-SC) a defender uma reforma no Judiciário. No final de 2010, disse, tramitavam 80,2 milhões de processos nas justiças Federal, estadual e do Trabalho.

— O âmbito estadual é o mais congestionado: foram 17,7 milhões de novos processos que, com os que já estavam em andamento, chegaram a 65,7 milhões. O número de sentenças proferidas, no entanto, ficou em 15,8 milhões.

Os dados apontam para um acesso restrito à Justiça, o que Casildo considera incompatível com uma democracia plena.



Senadores analisam formas de financiamento de ações direcionadas à ressocialização de adolescentes infratores

Criação de cargos na Justiça Militar segue para Plenário

Outro projeto de lei da Câmara (PLC 89/11) enviado pela CCJ ao Plenário cria os cargos de juiz-auditor e juiz-auditor substituto para a 2ª Auditoria da 11ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM) no âmbito da Justiça Militar da União. A pedido

do relator, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), foi aprovada urgência para a votação no Plenário.

O relator argumenta que a proposta cumpre determinação legal de providenciar a instalação da 2ª Auditoria tão logo houvesse recursos

orçamentários para esse fim.

Ainda em favor da iniciativa pesa o fato de a 11ª CJM responder por ações relativas a crimes militares cometidos no exterior.

“Essa providência reflete o crescimento da importância

internacional do Brasil, cujo papel de liderança o impele à participação crescente de suas Forças Armadas nas missões de paz coordenadas pela Organização das Nações Unidas e outros organismos multilaterais”, assinala Rollemberg.



Casildo Maldaner afirma que problema é maior nos estados

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Waldemir Moka
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes* de secretário: João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • Paulo Paim • José Sarney • Cícero Lucena

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Sítio: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burtle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Sítio: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
 Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Seep

* Vago em razão da saída de Gilvam Borges



Para superar a crise, educação é prioridade, afirma Cristovam

Cristovam: país precisa investir em serviços públicos

Diante da estagnação da economia brasileira, que sofre com a crise mundial, Cristovam Buarque (PDT-DF) sugeriu que o Brasil compense o momento ruim com ações em outros setores.

— A parte pública dos bens oferecidos, como a paz no trânsito, como a redução da criminalidade, como a melhoria da escola pública, como um sistema de saúde que funcione, essa parte, sendo pública, não é refletida no PIB.

Cristovam avalia que o Brasil só irá superar a crise com investimento em produtos de alto valor agregado. Para isso, lembrou, torna-se necessário investir mais em educação, do nível fundamental ao universitário.



Para Cícero, recusa é inaceitável porque Fiat tem incentivos fiscais

Fábrica recusa mão de obra paraibana, denuncia Cícero

As empresas do polo automotivo de Pernambuco não poderão contratar empregados de outros estados, denunciou Cícero Lucena (PSDB-PB).

O empreendimento, que tem incentivos fiscais, está sendo instalado em Goiana (PE). A Fiat já está recrutando trabalhadores para serem treinados pelo Senai.

— Não vão poder contratar funcionários que estarão a dez, 15 quilômetros de Goiana [em municípios da Paraíba], porque têm de contratar em Pernambuco.

À Agência Senado, Humberto Costa (PT-PE) disse que a decisão foi da própria Fiat, “certamente com o objetivo de ter os operários residindo o mais próximo possível da fábrica”.

Bisfenol-A deixa liso o bico de mamadeiras e chupetas, mas é ligado a câncer e alterações hormonais; proposta agora vai para a Câmara

Senado aprova projeto que proíbe substância nociva em mamadeiras

O SENADO APROVOU projeto que proíbe a venda de mamadeiras e chupetas fabricadas com a substância bisfenol-A, que oferece riscos à saúde. A proposta será apreciada agora pela Câmara dos Deputados.

A proibição consta de projeto de lei (PLS 159/10) de Gim Argello (PTB-DF). O texto foi aprovado ontem, em decisão terminativa (não precisa passar pelo Plenário do Senado), na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O bisfenol-A é usado na fabricação de bicos para mamadeiras e chupetas porque evita a porosidade e deixa o plástico liso. No entanto, segundo o relator do projeto, Paulo Davim (PV-RN), a substância é cancerígena e pode provocar alterações hormonais e desregular a tireoide.

Davim, que é médico, informou que os Estados Unidos e a



O bisfenol-A faz parte da composição de mamadeiras e chupetas: projeto proíbe a venda de produtos com a substância

Uma Bandeira

Europa já baniram o bisfenol-A desses materiais destinados a bebês e crianças.

— É um projeto que vem prevenir que os pequenos

brasileiros possam desenvolver algum tipo de câncer ou distúrbio hormonal — disse Paulo Davim.

Paulo Paim (PT-RS) lembrou

que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) propôs a discussão do assunto no Mercosul, tal a gravidade do problema.

Avança proposta que fiscaliza acidente de consumo no país

Projeto de lei que institui o Sistema Nacional de Controle de Acidentes de Consumo (Sinac) foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais. O objetivo é criar banco de dados sobre esse tipo de acidente no Brasil para que se adotem medidas preventivas.

Os acidentes de consumo, segundo o Inmetro, ocorrem quando um produto ou serviço provoca dano físico ao ser

utilizado incorretamente. Esse dano pode ser uma intoxicação alimentar (no caso de produtos de limpeza), uma queimadura, um corte (ao abrir embalagens), um choque elétrico (ao utilizar eletrodomésticos) ou uma fratura (ao cair de uma cadeira ou escada que se quebra), entre outros.

O projeto (PLS 311/11), de Vital do Rêgo (PMDB-PB), foi aprovado por meio de

substitutivo de Vicentinho Alves (PR-TO) e agora será analisado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em decisão terminativa.

A proposta altera o Código de Defesa do Consumidor para prever que o Sinac será mantido pelos órgãos públicos de defesa do consumidor, como os Procons.



Vital do Rêgo é o autor do projeto original sobre acidentes de consumo

Com urgência, Política de Mobilidade Urbana vai para o Plenário

O projeto que cria a Política Nacional de Mobilidade Urbana ganhou regime de urgência e, assim, será votado no Plenário do Senado nos próximos dias. Caso aprovado, será encaminhado para sanção da presidente da República, Dilma Rousseff.

A Política Nacional de Mobilidade Urbana (PLC 166/10) estabelece princípios, diretrizes e instrumentos para que

os municípios executem ações na área de transporte, com o objetivo de atender bem a população e contribuir para o desenvolvimento urbano sustentável. Segundo o projeto, a prioridade deve ser o transporte público coletivo.

A urgência na tramitação foi dada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a pedido dos senadores Romero Jucá (PMDB-RR) e

Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Havia o risco de o projeto voltar para a Câmara dos Deputados por causa de seis emendas aprovadas pela Comissão de Infraestrutura (CI). A CCJ, por orientação de parecer do senador Luiz Henrique (PMDB-SC), atestou que essas emendas foram apenas de redação, e não de conteúdo, evitando nova análise da Câmara.

Ricardo Ferraço lembrou que a Política de Mobilidade Urbana, que vem sendo debatida no Congresso desde 1995, é um dos temas mais relevantes para a população brasileira, especialmente para os trabalhadores.

— Daremos ao país um plano com visão e estratégia. Restará aos governos priorizar recursos para tornar a mobilidade urbana uma realidade.



Guilherme Santos/PMDB



Autor do pedido de urgência, Ferraço diz que, aprovado o projeto, o governo deverá enviar verba para projetos de mobilidade

Projeto do Código Florestal aprovado terça-feira ainda provoca críticas de senadores, que esperam revisão na Câmara dos Deputados

Senadores divergem sobre possível recuperação de áreas desmatadas

O RELATOR DO projeto de lei do Código Florestal, Jorge Viana (PT-AC), acredita que a nova legislação dará fim ao desentendimento entre agricultores e ambientalistas, induzindo ao replantio de árvores em grande escala.

— O agricultor deve ser aliado na proteção do meio ambiente. Teremos 35 milhões de hectares de florestas a serem plantados — afirmou.

A meta proposta por Viana equivale a 350 mil quilômetros quadrados, área praticamente igual à do estado de Goiás e do Distrito Federal juntos. Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que preside a Comissão de Meio Ambiente, reforça o discurso do relator.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) defendeu a Emenda 74, assinada por ele e João Capiberibe (PSB-AP), que suprimia dispositivo que diminui a reserva legal do Amapá, por ter mais de 65% de seu território ocupado por unidades de conservação. O texto aprovado pelo Senado



terça-feira, segundo Randolfe, é inconstitucional por só afetar um estado. O presidente do Senado, José Sarney, apoiou, mas a emenda foi rejeitada. Capiberibe estimou que serão perdidos cerca de 800 mil hectares de florestas no Amapá.

Lindbergh Farias (PT-RJ) também pediu alterações no texto. Ele critica a data de 22 de julho de 2008 como marco para a regularização das áreas consolidadas em áreas de preservação permanente (APPs) e reservas legais, o que

classifica como anistia para quem desmatou ilegalmente.

Marinor Brito (PSOL-PA) prevê mais desmatamento como resultado do novo código, que, para ela, favorece quem comete crimes ambientais.

A preocupação com desflorestamento em topos de morro e declives foi explicitada por Marcelo Crivella (PRB-RJ). Ele lembrou os efeitos desastrosos na Região Serrana de seu estado, onde, no início do ano, registraram-se vários deslizamentos de terra, com a morte

de pelo menos 900 pessoas.

Mesmo apoiando o substitutivo, Aécio Neves (PSDB-MG) reconheceu que o sucesso do programa de recuperação dependerá muito dos órgãos de fiscalização dos estados. Para ele, caso os órgãos de meio ambiente não sejam reformulados e aparelhados em seis meses a partir da aprovação do código, não terão condições de fazer o cadastro e exigir recuperação ambiental das propriedades rurais, conforme previsto no novo código.

Relator defende reestruturação radical

O texto que volta à Câmara reúne condições necessárias para transformar as florestas brasileiras em ativos econômicos, acredita Jorge Viana. Para o senador, as mudanças feitas no Senado resultarão em nova dinâmica para exploração da floresta em pé.

— O Brasil precisa de uma radical reestruturação de gestão florestal. Estados e municípios terão, caso o texto aprovado no Senado seja transformado em

lei, de se reorganizar para trazer floresta de volta. Em aliança com produtores rurais, será possível transformar as florestas num dos mais importantes ativos econômicos do país.

Viana se disse confiante de que o código contribuirá para o crescimento econômico, gerando empregos para responder às demandas de reflorestamento. Ele também destacou os incentivos econômicos, que visam remunerar agricultores

que conservam matas nativas e incentivar a recuperação de áreas desmatadas. O projeto prevê mecanismos de premiação proporcionais ao cumprimento da legislação florestal, com vantagens para os que seguirem a lei ou foram além das obrigações mínimas para áreas protegidas.

— Boa parte dos que defendem o setor rural entenderam que o Brasil precisava de um equilíbrio entre as necessi-



Para Jorge Viana, código transforma floresta em ativo econômico

Eunício destaca empenho por uma proposta de consenso

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Eunício Oliveira (PMDB-CE), destacou o empenho dos senadores na elaboração de proposta de consenso junto a ambientalistas, governo e produtores rurais. Ele elogiou o trabalho dos relatores, Luiz Henrique (PMDB-SC) e Jorge Viana; do presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg; e de José Agripino (DEM-RN), com quem apresentou emenda.

Luiz Henrique comentou a importância dessa emenda para garantir a proteção aos manguezais, sem descuidar de ordenar a exploração de apicuns (criatórios de camarões) e salgados (extração de sal).

Agripino mencionou a fir-



Eunício Oliveira propôs emenda com José Agripino sobre uso de apicuns

me defesa feita por Eunício da exploração econômica de apicuns e salgados, explicando que a emenda de ambos abriu perspectiva de manutenção de 42 mil empregos.

— Era nosso dever fazer a defesa desses 42 mil empregos com tanta veemência — observou Eunício.

Para Cassol, perspectiva é de mais alimento e riqueza

Mais alimento na mesa da população, mais segurança jurídica para o produtor rural e, conseqüentemente, mais riqueza no campo. Assim Ivo Cassol (PP-RO) resumiu as perspectivas abertas pela aprovação do texto de Jorge Viana para o novo Código Florestal.

Para ele, o novo código será o marco zero para o agricultor produzir na legalidade. Os “espertinhos” que querem desmatar, segundo ele, serão devida e legalmente penalizados.

Cassol criticou a possibilidade de prisão para quem comete crimes ambientais, aventada em emenda apresentada por Demóstenes



Ivo Cassol afirma que produtor que desmata tem que reflorestar

Torres (DEM-GO) que acabou sendo rejeitada pelo Plenário.

— Hoje falta cadeia pra prender estuprador, assassino, sequestrador, e agora querem prender quem trabalha? Quem derruba tem que reflorestar, trazer para a forma da lei — disse.



Senador faz balanço dos trabalhos da subcomissão que presidiu

Mozarildo anuncia plano para fronteiras

O presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), anunciou que, no primeiro semestre de 2012, a comissão apresentará projeto de plano nacional de desenvolvimento para aquelas áreas.

— Realizamos mais de dez audiências, ouvimos 47 autoridades de diversos setores das áreas de segurança, defesa, infraestrutura, saúde, para que possamos no ano que vem apresentar projeto de plano nacional de desenvolvimento da faixa de fronteira e da Amazônia.

A faixa de fronteira consiste em uma área de 150 quilômetros de largura, que se estende por quase 17 mil quilômetros (7.363 quilômetros de linha seca e 9.523 quilômetros de rios, lagos e canais) do Amapá ao Rio Grande do Sul e abrange 588 municípios de 11 estados, com população de cerca de 10 milhões. A região é “muito vulnerável” e necessita de ações mais efetivas por parte do governo.

— É chegada a hora de o Brasil ter plano nacional que se preocupe com a defesa e com a segurança, principalmente com o desenvolvimento. Para que aqueles que habitam a região não se sintam vulneráveis a ações de criminosos que cometem tráfico de drogas, contrabando de armas, tráfico de pessoas e desvio de nossos recursos naturais.

A subcomissão realizou cinco ciclos de debates, ao final dos quais aprovou, para cada um deles, um relatório consolidando a discussão dos seguintes temas: fronteira e segurança nacional; desenvolvimento econômico e social da faixa de fronteira; infraestrutura na faixa de fronteira; questão indígena e fundiária na faixa de fronteira; e relações com os países da faixa de fronteira.

— Os trabalhos hoje concluídos visam elaborar um relatório final — disse, explicando que ele servirá de base para o plano nacional a ser apresentado.